



Arte de pescar, arte de narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural do trabalho em uma comunidade pesqueira

*Art of fishing, art of storytelling: etnographic notes on the
cultural dimension of work in a fisherman community*

Gianpaolo Knoller Adomilli*

Resumo: Este artigo pretende abordar questões relativas à mudança social, envolvendo as práticas de trabalho e a cultura material em uma comunidade pesqueira. Transformações no estado da arte da pesca é um tema recorrente em boa parte das narrativas e da memória coletiva desses pescadores, apresentando um contexto de mudança social desencadeada, principalmente, por políticas relacionadas ao setor, vinculadas às demandas globais e industriais. Trata de abordar o significado dessas transformações para a comunidade local, sobretudo no que diz respeito às inovações tecnológicas nas embarcações e em artes de pesca, cujas pescarias consideradas tradicionais vêm sofrendo uma série de mutações nas práticas de trabalho, juntamente com o envolvimento financeiro decorrente das relações com o mercado da pesca.

Abstract: This article intends to approach questions about social change, involving work practices and material culture in a fisherman community. Changing in the fishing made state is a current theme in several narratives and collective memory of these fishermen, showing a social change context provoked mainly by politics about the sector, linking global and industrial demands. Its deal with the significance of these changing to the local community, specially about technological innovation in boats and fishing made, where the fisheries considered traditional have been suffering a several mutations in work practices, together the financial involvement passed from the relations with fishing market.

Palavras-chave: Mudança social. Práticas de trabalho. Cultura material.

Keywords: Social change. Work practices. Material culture.

¹ Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor no curso de Arqueologia e no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Fundação Universidade de Rio Grande (Furg). Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Populações Costeiras Tradicionais (Neco). *E-mail:* giansatolep@gmail.com



Neste artigo, busco levantar algumas questões sobre mudança social relacionada à atividade pesqueira, a partir de minha experiência etnográfica com trabalhadores da pesca embarcada, habitantes do Município de São José do Norte, situado no extremo sul do Brasil, entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico. (ADOMILLI, 2007). Mais especificamente, trato de lidar com uma extensão de significados relativos ao contexto de transformações nas práticas de trabalho e na cultura material, considerando o universo multifacetado do âmbito pesqueiro local, no sentido em que se refere a diversas práticas de pesca e de ambientes, assim como uma dinâmica do contato que diz respeito à relação entre o local e o global.

No Brasil, a ênfase dada ao tema *pesca* está ligada à antropologia sobre sociedades tradicionais e suas práticas de trabalho, sendo que muitos estudos contemplam questões acerca do modo de vida tradicional de comunidades pesqueiras, destacando-se relações de parentesco, afinidade e reciprocidade que regem a vida social, bem como o conhecimento acerca das pescarias, o qual é passado de uma geração à outra. Juntamente com esses aspectos centrais, as práticas de trabalho tradicionais também estão ligadas a um saber naturalístico com base em experiências concretas e que também são transmitidas geracionalmente. A atividade pesqueira caracteriza-se por sua sazonalidade e, em certa medida, em uma condição de dependência em relação à natureza, sobretudo no que se refere às condições climáticas, o que implica pouco controle sobre os fenômenos naturais no que tange ao tempo de pesca. A relevância dessas condições que atuam na atividade, mesmo que não sejam completamente determinantes, forma um conjunto de processos que influenciam nas relações entre homem e natureza, particularizando as formas de apropriação humana.

Por outro lado, esses grupos fazem parte, em maior ou menor grau, da sociedade urbano-industrial, ao mesmo tempo que apresentam determinada herança cultural, baseada em práticas sociais e simbólicas, consideradas tradicionais. Assim, a antropologia das sociedades complexas, ao situar a problemática da continuidade e descontinuidade das representações e ações simbólicas (VELHO, 1999), possibilitou um avanço nas análises sobre a mudança social entre esses grupos, especialmente no que se refere às práticas humanas na exploração dos recursos naturais.

Boa parte dos estudos sobre comunidades pesqueiras – tais como os de Kottak (1966, 2005), Forman (1970), Diegues (1983), Prado



(2002), Britto (1999), entre outros – está centrada no enfoque à tensão entre o modo de vida tradicional e as transformações vivenciadas por esses grupos, sobretudo em face das consequências do processo de industrialização e urbanização nas regiões costeiras brasileiras – a qual envolve, entre outras coisas, intensificação da especulação imobiliária, das atividades portuárias, e da pesca predatória – iniciadas a partir do fim da década de 60 (séc. XX) e que vêm desencadeando uma série de impactos e conflitos socioambientais. Tal contexto implica, por um lado, processos de exclusão social das populações que viviam nessas áreas, dependendo de seus recursos naturais e, por outro, a adoção de práticas e estratégias de sobrevivência nas quais esses grupos mantêm sua herança cultural ante as injunções de mudança.



Uma primeira questão refere-se à problematização do grau de envolvimento com o mercado e o processo de industrialização da atividade pesqueira, procurando superar as dualidades encontradas em boa parte da literatura sobre o tema, tais como a oposição entre pesca artesanal e pesca industrial. Ainda de acordo com essa perspectiva, podemos considerar que, de modo geral, a primeira caracteriza-se pelo predomínio do modo de vida tradicional e pela utilização de tecnologia simples; já a segunda caracteriza-se pelas relações de trabalho predominantemente capitalistas e pela utilização de tecnologia de ponta em embarcações. (DIEGUES, 1983, 1995; MALDONADO, 1994). Evitando cair em um dualismo sobre o tema relação entre tradição e mudança, que vem de braços com a ideia de oposição entre o modo de vida tradicional e a lógica de mercado, proponho pensar essa questão no âmbito da articulação entre tradição e modernidade, que é tensional, mas que apresenta uma perspectiva ressemantizada, relativa à condição ecológica dos pescadores de se situarem diante de injunções de mudança. Nesse sentido, embora não possa ser negligenciado o risco permanente de não reprodução social dos pescadores artesanais em face dessas adversidades, ou seja, de haver a possibilidade de uma ruptura definitiva em relação aos sistemas social e simbólico de grupos específicos, não se trata somente de mostrar como eles caminham para a industrialização, mas de que forma mantêm seu *ethos*, sua identidade social e quais são suas estratégias de sobrevivência como categoria social.

De acordo com essa perspectiva, as condições de risco e vulnerabilidade, em relação aos pescadores de São José do Norte, dizem respeito a um território ocupado por grupos que têm vivenciado um contexto de crise econômica e social relacionado a uma expansão



desordenada da atividade. A pesca predatória, praticada em larga escala, e a poluição do ambiente marítimo são apontadas como as principais causas para o quadro de escassez dos estoques de peixes, impactando as comunidades pesqueiras dessa região. Conforme indicam estudos sobre o tema, em plano mundial, essa categoria se depara com um grau de instabilidade que seus predecessores não viveram, em referência à segurança pessoal e econômica, tendo em vista que a atividade caracteriza-se por riscos e incertezas. (MCGOODWIN, 1990, p. 12). Nesse sentido, os pescadores embarcados têm se deparado com um contexto de riscos sociais relativos à adoção de inovações tecnológicas, que os compelem a permanecer mais tempo no mar, criando conflitos pelo distanciamento da vida em terra. Maiores riscos territoriais também se fazem sentir pelo fato de que as pescarias tornaram-se mais numerosas e competitivas. Mudanças ocasionadas pela permanência prolongada no mar têm o efeito, entre outros, de potencializar riscos de acidentes, inclusive naufrágios, que são comuns nessa atividade.

Paradoxalmente, as inovações tecnológicas também proporcionam melhorias nas condições das embarcações, como o sistema de rádio PX e o GPS.² A segurança, com base nos instrumentos e nos avanços de pesquisas em climatologia, bem como o desenvolvimento e o investimento tecnológicos em pesquisas e mecanismos de precisão climática têm ajudado pescadores a evitarem riscos, como, por exemplo, a enfrentar tempestades inadvertidamente. Os instrumentos passam a ter, também, um papel importante na mudança dos conhecimentos da pesca, como é o caso da utilização de ecossondas³ nas pescarias, aprofundando uma relação, cujo conhecimento do ambiente marítimo não pode ser separado do domínio de uma determinada tecnologia.

O cenário local: barcos, botes e canoas motorizados

O núcleo urbano de São José do Norte, sede do município, localizada às margens do canal da lagoa dos Patos, que desemboca no oceano Atlântico, apresenta uma economia local que depende, essencialmente, da atividade pesqueira e da agricultura, com o cotidiano de trabalho, seguindo o ritmo das safras de peixes e camarões e o cultivo da cebola.⁴



Praticamente toda a faixa costeira que envolve a cidade e seus arredores é ocupada por pescadores. Próximo do centro da cidade está um porto pesqueiro, onde entram e saem barcos de pequena e média tonelagem, voltados à captura de peixes com redes de emalhar, atuando na zona costeira do oceano Atlântico.⁵ A tripulação varia entre sete e dez homens, sendo formada pelo mestre, maquinista, gelador, cozinheiro e em torno de três ou quatro proeiros.⁶ Trata-se de um tipo de pesca embarcada, em que as viagens em busca dos cardumes requerem a permanência da tripulação em alto-mar por volta de uma semana a 20 dias. Grande parte dos embarcados mora em vilas, que começam no porto e se estendem pela faixa de praia nas beiras do canal.

Toda essa faixa é ocupada por botes e canoas motorizados, indicando a presença de pescadores que também habitam esses lugares, mas vivem da pesca no estuário da lagoa dos Patos.⁷ Essas embarcações são tripuladas por dois ou três homens, geralmente pelo dono da embarcação e seus parceiros. Assim como os barcos, utilizam rede de emalhe.

Diferentemente dos embarcados, esses são pescadores que saem para o mar, mas que “dormem em casa”, realizando uma pesca de incursões diárias. Essas jornadas são mais frequentes durante as safras da tainha e da corvina. No entanto, outras safras, que eram capturadas em abundância no passado, se encontram em processo de extinção, como é o caso da safra do bagre, ocasionando grandes períodos de estagnação da atividade.

Em face dessa situação de escassez, muitos optam por ingressar na pesca embarcada, que, aparentemente, apresenta uma maior regularidade na produção. Essa organização espaciotemporal remete à complexa relação entre pesca embarcada, realizada no oceano, e pesca em botes e canoas na lagoa dos Patos – levando em conta que esses grupos se misturam, sobretudo, quanto às redes de amizade e relações de parentesco que convergem na ordem dos valores sociais. Durante a pesquisa, a porosidade entre os grupos se tornou mais evidente ao ser constatado que a grande maioria dos pescadores embarcados havia, inicialmente, senão na maior parte da vida, pescado na lagoa dos Patos.

Diferentemente da Região Sudeste do Brasil e do município vizinho de Rio Grande, em São José do Norte, a pesca embarcada iniciou de forma efetiva na década de 80 (séc. XX), tratando-se, portanto, de um fenômeno recente.⁸ Para além da existência de um processo de “passagem” da pesca em botes para a embarcada e a conseqüente tensão entre uma lógica de produção tradicional e outra mais voltada ao mercado, considero



o fato de muitos pescadores alternarem essas atividades, de acordo com a sazonalidade da pesca. Essa mobilidade gira, principalmente, em torno da safra do camarão na lagoa dos Patos, durante os meses de verão, quando grande parcela dos embarcados retorna à lagoa para pescar o crustáceo. Esse momento combina um período de baixa produtividade da pesca em barcos na zona costeira com maiores possibilidades de lucratividade na pesca do camarão, em comparação com as demais safras de peixes. Na pesca embarcada, as principais safras são a da anchova e a da corvina, que ocorrem, respectivamente, durante os meses de inverno e de primavera. Durante os meses de verão, apenas alguns barcos, justamente aqueles que são mais equipados e com maior tonelagem, mantêm a sua tripulação, dedicando-se à pesca de espécies demersais, realizada em áreas mais distantes da costa.

Os redeiros e o trabalho em terra

Nas imediações do porto pesqueiro, também se encontram galpões de redeiros. Esses galpões são de propriedade dos donos dos barcos, os armadores, sendo destinados ao depósito e reparo das redes de pesca. O trabalho é executado pelos redeiros e consiste em “entralhar” (colocar as tralhas: chumbos e boias nas redes novas) e em reparar as redes dos barcos que chegam danificadas após as pescarias.

O trabalho intenso e as condições que são enfrentadas no mar fazem com que a idade da tripulação dos barcos varie entre 18 e 40 anos, com exceção do mestre, que comanda as atividades e não se envolve com o trabalho braçal. À medida que vão ultrapassando essa faixa etária, os pescadores, geralmente, desembarcam, retornando para pescarias de botes e/ou tornando-se redeiros. Estando em boa forma, alguns deles seguem embarcados, sendo que, em alguns casos, desempenham a função de cozinheiro.

A opção por cozinheiros “mais velhos” é atribuída à sua experiência de vida e de pesca, que pode compensar a desvantagem no quesito capacidade física. Pescadores muito jovens, geralmente, não sabem cozinhar, uma vez que, no núcleo familiar, essa atividade é realizada pelas mulheres. Na configuração local, costurar redes e cozinhar são atividades de caráter feminino, remetendo a um passado de trabalho familiar.



Todavia, o contexto de transformações na organização do trabalho e na produção, sobretudo o processo de distanciamento dos homens em áreas de pesca longínquas, são fatores de alteração da relação entre gênero e práticas de trabalho. Narrativas de pescadores idosos, redeiros ou ainda na ativa, revelam uma época em que fazer redes era uma atividade totalmente artesanal, sendo que muitas mulheres ficavam em casa, fazendo redes para os maridos pescadores, em um contexto de produção familiar. Exceto pelo fio, que era comprado, todo o trabalho era artesanal. As redes eram de linho, confeccionadas com uma ferramenta chamada *malheiro*, sendo possível regular o tamanho de abertura da rede e sua extensão. A agulha poderia ser feita de madeira ou, em alguns casos, com a *aba* (barbatana) da baleia. Em meio ao processo de transformação no trabalho e na produção, desencadeado pela industrialização e expansão do mercado pesqueiro, a rede de linho, considerada *grossa, de fio*, foi substituída por outras linhas, mais leves e resistentes, feitas de material sintético, como o *nylon-seda* e o *nylon-plástico*, com a vantagem de apresentar maior durabilidade e maior eficiência nas capturas.

Segundo os pescadores mais antigos, o *nylon* apresenta a vantagem de tornar as redes *transparentes*, dificultando que peixes as visualizem, pois o *nylon-plástico* é quase invisível.

Conforme revelou um velho pescador, “agora ninguém mais faz rede, porque vem pronta de fábrica”, referindo-se ao fato de as redes terem passado a ser compradas praticamente prontas, faltando o trabalho de cortar no tamanho desejado e entralhar. Atualmente, apenas homens realizam essa atividade, que consiste muito mais no reparo do que propriamente na confecção de redes. Essas não são mais feitas em casa como outrora. Uma parte, que poderia ser chamada *base* da rede, é fabricada, enquanto a finalização é realizada artesanalmente nos galpões dos redeiros, a depender do tipo de pescaria empregado.

Por outro lado, a pesca embarcada com rede de emalhe vem ampliando consideravelmente sua extensão de redes, mantendo os pescadores mais tempo no mar, no esforço de retomar a produtividade do período das primeiras embarcações. Há uma utilização de redes cada vez mais extensas, o que requer mais redeiros para dar conta da sua manutenção.

Novamente o tema *tecnologias de ponta* nos barcos surge como possibilitador dessa permanência prolongada no mar, estando diretamente ligada ao esforço de produtividade e à conseqüente ampliação das redes.

O processo de transformação na pesca e a dinâmica do contato entre poveiros, açorianos e afro-descendentes

Localmente, esse processo de modernização vem acompanhado de uma difusão cultural desencadeada pela dinâmica do contato entre diferentes grupos de pescadores, sobretudo poveiros, açorianos e afro-descendentes. Essa dinâmica vem ocorrendo via fluxos migratórios apontando para uma complexa relação entre diversas modalidades de pescaria, com seus saberes, técnicas e práticas, relativa a diferentes grupos étnicos, cada qual apresentando uma trajetória específica.

Uma parcela significativa dos pescadores é formada por imigrantes portugueses e seus descendentes, mais concentrada no núcleo urbano de São José do Norte. A maior parte deles é formada por remanescentes de Póvoa do Varzim, em um fluxo migratório que durou de fins do século XIX até meados do século XX, e que antecede uma gama de velhos pescadores da lagoa, alguns dos quais ainda na ativa. Bunse (1982, p. 86-87) descreveu-os em 1959, quando ainda se dedicavam a pescarias, reunidos na doca e nas praias do entorno, saindo em canoas a remo (parelhas) ou em pequenas embarcações à vela. Em entrevista com alguns desses remanescentes, destacam-se relatos que mencionam sua presença ao longo do canal da lagoa dos Patos.

Os poveiros formaram comunidades de pescadores que atuavam no estuário da lagoa dos Patos e no Litoral do oceano Atlântico por meio do sistema de parelhas – embarcações a remo, munidas de redes, que operavam com um grande contingente de homens. Portadores de uma experiência pesqueira de séculos de desenvolvimento, eles introduziram novas técnicas de captura e um processo produtivo mercantil na região, passando a organizar uma pequena produção destinada ao porto de Rio Grande. O peixe era salgado, inicialmente para consumo próprio, sendo que alguns desses imigrantes adquiriram capital suficiente para criar as salgas e comercializar o pescado, que, então, passou a ser exportado para a Região Sudeste do Brasil, em um processo de consolidação das indústrias de conservas de peixes por meio do abastecimento do mercado nacional. As indústrias de conservas de peixes e sua exportação para a Região Sudeste do Brasil (ainda no século XIX) foram observadas por Ihering (2003). Segundo Martins (1997, p. 4), além dos pescadores poveiros, o desenvolvimento da atividade pesqueira atraiu outros imigrantes portugueses, que, por serem portadores de recursos, se



tornaram investidores na pesca, gerando transformações que levariam à formação de um parque industrial pesqueiro em Rio Grande.

Trata-se de um processo complexo de transformação da atividade pesqueira, a partir do qual foram ocorrendo estratégias de integração e difusão cultural entre pescadores poveiros, nativos da região (açorianos e afro-descendentes) e pescadores catarinenses (também açorianos). Inicialmente, a relação entre poveiros e pescadores nativos, de início descendentes de açorianos, era de pouco contato. Conforme Orlando et al. (1989), os poveiros dispunham de técnicas de pesca que lhes conferiam uma maior capacidade de captura em relação aos descendentes de açorianos, que se dedicavam, preferencialmente, à agricultura, sendo que poucos eram exclusivamente pescadores. Os pescadores nativos, por sua vez, dificilmente se sujeitavam a trabalhar para os portugueses, uma vez que alternavam agricultura e pesca, obedecendo a um ritmo de pesca diferenciado, que não se baseava na produção mercantil, mas no trabalho como unidade familiar voltada à subsistência.

Entre os poveiros, formou-se uma comunidade de trabalho étnica, predominando casamentos endogâmicos como forma de manutenção de suas tradições, caracterizando, *a priori*, uma comunidade bastante coesa. Tal situação começou a se alterar devido à conjuntura de desenvolvimento da atividade pesqueira na região, com uma maior penetração no mercado e na indústria, associada ao fim da migração desses pescadores para o Brasil. Nesse contexto, surgiram pescadores catarinenses, que passaram a se deslocar do Litoral de Santa Catarina para essa região, a partir da década de 40 do séc. passado, atrás das safras de peixes que vinham do Sul. A dificuldade em dar continuidade às parselhas levou os portugueses a empregarem, principalmente, pescadores catarinenses, que surgiam em grupos cada vez maiores. O problema da falta de pessoal e a relação com os catarinenses acabaram desestruturando as parselhas portuguesas, que foram dando lugar às “parselhas dos catarinas”, em maior número e composta por menos homens. Em vista dos deslocamentos ao longo do Litoral do Rio Grande do Sul, muitos desses pescadores acabaram se estabelecendo na região em virtude de casamento com mulheres nativas, o que favoreceu uma maior integração com a população local, formada, majoritariamente, por agricultores e pescadores-agricultores. Esses se dedicariam à pesca, interagindo com os portugueses e catarinenses, principalmente em razão do processo de esvaziamento humano da zona rural e sua consequente concentração nas cidades mais próximas.



No Litoral de Santa Catarina, a expansão urbana, sobretudo de Florianópolis, impulsionada pela especulação imobiliária, decorrente do turismo, gerou a desapropriação de uma série de comunidades de pescadores-agricultores de origem açoriana, que passaram a se dedicar exclusivamente à pesca. A intensidade desse processo acabou por desorganizar o modo de vida dessas comunidades, baseadas em práticas tradicionais de trabalho, com determinadas regras de ocupação dos espaços de pesca na faixa litorânea. O excesso de pescadores gerou conflitos e disputas por esses espaços. As inovações tecnológicas e a ampliação do mercado pesqueiro em Santa Catarina também levaram a uma intensificação da atividade. De acordo com (como estratégia de sobrevivência), boa parte desses pescadores foi se deslocando de praia em praia, em movimentos sazonais para o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. (DIEGUES,1983).

Segundo Diegues e Arruda (2001), a faixa do Litoral de Santa Catarina até o Rio Grande do Sul é ocupada por comunidades de descendentes de imigrantes das ilhas dos Açores, da Madeira e portugueses continentais, que se estabeleceram no século XVIII e passaram por miscigenação com índios e negros.⁹ Tais comunidades caracterizam-se pelas práticas tradicionais de pesca e agricultura.

No Município de São José do Norte, a condição insular e a influência da colonização açoriana foram determinantes para que a pesca, a pequena agricultura e o cultivo de cebola se tornassem as principais atividades econômicas. Contudo, a chamada “Revolução Verde”, a partir do fim da década de 60 (séc. XX), caracterizada pela modernização da agricultura no Brasil, sobretudo pela utilização de maquinário e de agrotóxicos, incentivou o plantio de cebola em larga escala. A monocultura, em detrimento da agricultura familiar, mais diversificada, favoreceu a concentração fundiária, tendo sido determinante para o processo de êxodo rural. A saída encontrada para minorar a penúria no campo foi o deslocamento de famílias inteiras para o núcleo urbano de São José do Norte. Os homens empregavam-se na pesca como proeiros, uma vez que, no sistema de parselhas, surge o dono da parselha, o mestre e os proeiros. Estes últimos são pescadores sem posse dos instrumentos de trabalho, e muitas mulheres eram empregadas nas salgas, fornecendo mão de obra para o parque industrial pesqueiro que se formou na região.

O processo de vinculação da pesca artesanal ao mercado, tanto na relação entre a pesca artesanal e a industrial, por ocasião da compra dos balaios de corvina, como em referência a uma “Idade de Ouro” da pesca,



a produção de camarão e peixes era incrivelmente superior à capacidade de aproveitamento local. Nem as salgas – que trabalhavam a noite inteira – e tampouco a distribuição de grande quantidade de peixes e camarões entre as pessoas da comunidade impediam que toneladas fossem jogadas fora (ou utilizadas como adubo, principalmente nas plantações de cebola), visto que não havia tecnologia para conservação do pescado. Por outro lado, o processo de decomposição rápida do peixe fazia com que os pescadores vendessem sua produção a valores irrisórios para as salgas.

Na beira das praias do canal, antes áreas bastante vastas, consideradas fora da cidade, formaram-se pequenas vilas de pescadores, assim como na costa do oceano, em locais onde se cria um vínculo com as pessoas oriundas do campo, que aparecem para ajudar nas pescarias, em troca de peixe. O processo de abandono da agricultura em direção à pesca assemelha-se ao ocorrido no Litoral de Santa Catarina. Contudo, ao invés da expansão urbana, aqui o elemento determinante parece ter sido o modelo de desenvolvimento agrícola, mais especificamente, a monocultura de cebola e, nas regiões vizinhas, a monocultura de arroz no modelo das estâncias com criação de gado, levando à questão de concentração de terras. No entanto, para além do impacto causado pela modernização da agricultura, a questão do abandono do campo pelo homem não pode negligenciar o problema da *falta de terras* para o crescente aumento da população rural. Para Wolf (1976, p. 37), o processo de herança pode ser de “partilha da terra” ou “sem a partilha da terra”, no entanto, sempre implica a migração de camponeses.¹⁰

Juntamente com os descendentes de açorianos, o movimento da agricultura em direção à pesca absorveu comunidades negras, que se estabeleceram na região durante o período escravocrata e que viviam há séculos isoladas e exploradas no campo. Boa parte das narrativas dos pescadores acerca do tempo de fartura da pesca é antecedida pela trajetória familiar de dificuldades econômicas, em um quadro em que o Litoral e a atividade pesqueira apresentam-se como lugar dos excluídos socialmente. Para as famílias que abandonavam o campo, a insegurança de uma longa espera pelos resultados da colheita é substituída pelo retorno imediato das pescarias, não exatamente de dinheiro, mas tendo no peixe um alimento garantido. Assim, o Litoral apresenta-se como lugar-refúgio dos socialmente marginalizados, agregando aos excluídos do campo aqueles pescadores sem a posse dos instrumentos de trabalho e de um território de pesca. A praia, espaço de uso comum e ao mesmo tempo liminar entre a terra e o mar, consiste em um espaço-limite, no





qual se misturam o isolamento espacial e o nomadismo dos excluídos socialmente, posto que o ingresso na pesca de parelhas acontecia por meio do trabalho como proeiro.

Dos tempos de fartura aos tempos de crise

O contexto de evolução da pesca na região, a partir da segunda metade do século XX, pela ação de embarcações vindas de outras regiões e do crescimento do parque industrial no porto de Rio Grande, foi determinante para o surgimento da pesca embarcada em São José do Norte. Trata-se de um processo global de expansão do mercado de pesca, que tem levado à intensificação da atividade na região por meio de novas tecnologias e barcos cada vez mais potentes.

Para os pescadores, esse é um tempo identificado como tempo de fartura da pesca, praticado nas praias do Atlântico e na lagoa dos Patos até fins da década de 70 do séc. XX. Um passado idealizado, de modernização restrita, quando havia uma sustentabilidade em razão da abundância de peixes e do emprego de uma tecnologia limitada. A pesca para simples sobrevivência era agora transformada em trabalho-providência, orientada por uma lógica de capital e de emprego, constituindo o mundo da pesca em relações mediadas pelo *dinheiro*. (SIMMEL, 1976).

O aumento da frota de arrasteiros a partir da década de 60 daquele século vem junto com a ampliação do número de empresas pesqueiras, por meio de financiamentos e incentivos fiscais por parte do governo brasileiro. Tal processo teve início no Litoral do Rio de Janeiro e no de São Paulo, logo se estendendo ao Litoral Sul, na conjuntura de implantação de uma indústria nacional de pesca. O modelo de modernização proposto pelo Estado, via financiamentos e isenções fiscais, teve como consequência imediata a criação de novas empresas e a ampliação de outras, assim como a modernização e o aumento das frotas pesqueiras. (DIEGUES, 1983).

Na pesca oceânica, foram introduzidas, nas décadas de 70 e 80 do séc. XX, novas técnicas, como o sistema de arrasto, a pesca com espinhéis em águas profundas e pescarias com rede de cerco, somadas a uma expansão excessiva da atividade. Barcos de grande tonelagem, como camaroeiros e traineiras, começaram a vir de outros estados com maior



frequência, em busca de cardumes de peixes que seguem as águas frias, sobretudo barcos catarinenses. A frota pesqueira de Rio Grande foi acrescida de traineiras e barcos grandes com rede de arrasto.

Em São José do Norte, a pesca embarcada iniciou posteriormente, com o surgimento da frota de barcos com rede de emalhe, dispondo de algumas tecnologias de barcos industriais, como sondas e bússolas. Inseridos nesse contexto, os pescadores locais (engajados na pesca oceânica), fazem parte de uma frota costeira que apresenta uma transição da pesca artesanal, baseada, principalmente, nas relações familiares e uma produção de subsistência e baixa tecnologia, para um modelo de maior envolvimento com o mercado. De certo modo, trata-se de uma forma de rearticulação encontrada em face das injunções de mudanças desencadeadas pela atividade industrial, tendo sua origem atribuída a uma parcela de donos de parselhas da lagoa que, diante da falta de produto (diminuição dos estoques pesqueiros na lagoa dos Patos) e dispondo de melhores condições econômicas, tornaram-se armadores, investindo em barcos, equipando-se com redes e se voltando à pesca barra afora.

Territorialidade e segredo na pesca embarcada: a comunicação entre os mestres por meio de rádio

Quando em áreas próximas, os barcos trocam informações pelo rádio manipulado pelos seus mestres. Na comunicação pelo rádio, o companheirismo e a cooperação entre barcos ocorrem pela troca de informações acerca do andamento das pescarias entre grupos de mestres. Alguns pescam próximos e compartilham informações, dentro de um espírito de *ajuda mútua*. Tal relação também se refere à possibilidade de algum barco se encontrar em apuros. Assim, se torna importante “ter alguém por perto” para socorrer ou ser socorrido. A cooperação em um ambiente considerado adverso leva a esse tipo de aproximação. Por outro lado, a competição entre barcos gera determinadas estratégias e ardis entre os mestres, que são dissimuladas por esse sentido geral de cooperação. Sentido que adquire significado pleno em situações difíceis que, invariavelmente, por elas passam os pescadores quando estão no mar, ao lidar com uma natureza considerada exterior e onipotente; diga-se de passagem, muito maior do que a relativa segurança que pode representar um barco de grande porte ou mesmo um navio.



A ambiguidade entre competição e cooperação, que faz parte das relações entre os mestres, são explicitadas na comunicação entre eles via rádio das embarcações, que operam em uma frequência aberta, acessível para quem estiver sintonizado em determinada faixa. Isso leva os mestres a executarem uma estratégia de revelação parcial acerca do andamento das pescarias e, sobretudo, da direção a seguir na busca de cardumes. Tais procedimentos apresentam-se de acordo com a noção simmeliana de segredo, uma vez que marcam determinadas práticas sociais caracterizadas por formas de comunicação, nas quais o jogo de revelação e ocultação diz respeito a estruturas de poder. (MALDONADO apud SIMMEL, 1983). Trata-se de uma configuração social baseada no conhecimento, sendo que, nesse caso, remetem aos processos de competição/cooperação, tradição/modernização e hierarquia/igualitarismo.

Ao mesmo tempo que mantêm certo segredo, os mestres procuram saber sobre a situação dos colegas, configurando, então, um jogo de sondagens entre eles, em que as informações colhidas fornecem pistas e revelam a competição que há por trás da omissão de determinadas informações. As conversas giram em torno do andamento das pescarias, sendo que um mestre sonda o outro acerca das rotas e áreas de pesca, questão que remete ao segredo na marcação que cada mestre tem das áreas de pesca, aquela baseada na combinação entre um saber tradicional acerca das espécies que são capturadas (hábitos e comportamentos de determinadas espécies de peixe) e o domínio proporcionado pela tecnologia dos aparelhos de pesca. Ao se afastar da costa, a marcação a partir dos referenciais de terra torna-se impossível. Como ocorre com a paisagem terrestre da região – plana, praticamente sem acidentes geográficos – o mar na costa do Rio Grande do Sul também não apresenta ilhas ou enseadas. Essas somente se encontram justamente quando se chega à divisa com Santa Catarina ou quando se cruza a divisa com o Uruguai. Portanto, a marcação de pesqueiros ocorre em razão das coordenadas geográficas por meio de bússola e de GPS.

As escalas computadorizadas sobre o fundo mostram os lugares mais baixos e mais altos. Junto com a experiência do mestre, os equipamentos permitem saber onde há lama, areia ou cascalho ou alguma pedra grande (parcel). As coordenadas geográficas, por sua vez, são anotadas pelo mestre em um caderno.

Nesse caderno, constam vários lugares onde esse mestre pescou e encontrou peixe. Dependendo das condições do tempo e das espécies de peixes a serem capturadas, o mestre procura imaginar um caminho





hipotético que esses peixes podem percorrer no oceano, a partir do conhecimento de lugares e coordenadas, de acordo com um mapa mental desses lugares e do fundo do mar.

Os melhores mestres geralmente descobrem uma área de pesca. Já os inexperientes procuram escutar as informações vindas do rádio e, então, seguem os matadores de peixes. Por esse motivo, as conversas são parciais, e os mestres experientes ocultam as informações mais importantes, procurando despistar aqueles que não são considerados “companheiros de pesca”. Para os mestres, boa parte dos colegas de profissão não era considerada confiável, pois, seguidamente, achavam um pesqueiro e só avisavam os demais quando haviam carregado seu barco e não havia mais peixes. Devido a tal atitude, os outros mestres não os avisavam quando faziam uma boa malhada.

Na costa, alguns mestres têm uma relação de companheirismo entre eles. Isso, porém, não significa dizer que não exista competição, uma vez que todos querem matar mais peixes do que os colegas de profissão. Contudo, entre eles, a competição obedece a uma ética, de acordo com as regras de cooperação e de informação. Como são considerados grandes mestres, todos reconhecidamente matadores de peixes, optam por descobrir seus pesqueiros sem seguir ninguém. Esporadicamente, houve casos em que algum mestre estava com uma produção muito abaixo do esperado, e um colega do seu círculo de amizades estava carregando o barco em uma área não muito distante. Então, por sugestão do mestre em melhor situação, havia cooperação entre ambos, e eles podiam atuar na mesma área.

Conhecimento, tecnologia e a arte de viver

Peixes costeiros como o bagre, a tainha, a corvina, entre outros, são considerados pelos pescadores por sua grande mobilidade, uma vez que “vêm fazer o curso”, ou seja, deslocam-se em “mantas” (cardumes) vindos da costa do oceano e adentram o estuário da lagoa dos Patos para desovar. Segundo os pescadores, as corvinas e tainhas, quando adultas, deslocam-se a grandes distâncias, ao longo do Litoral. Pescadores de várias regiões da costa brasileira fazem referência à “corrida da tainha”, que ocorre do Sul em direção ao Norte. Já a corvina realiza movimento contrário – vem do Norte em direção ao Sul. Em sua rota ao longo da costa, esses peixes são capturados tanto por pescadores artesanais (de beira de praia





e de botes/canoas) quanto por barcos de emalhe e por traineiras e arrasteiros.

Em meio ao debate em torno de pescarias relacionadas com a pesca predatória e as transformações no modo de pescar, um pescador experiente, que havia acompanhado durante os últimos 60 anos o processo de mudanças na atividade pesqueira na região, revelou a seguinte percepção em relação às mudanças no conhecimento tradicional, entre as práticas de captura do passado e as atuais na pesca local:

A única diferença que tem é agora que é motorizado, mais rede, embarcações maiores... Mas o sistema de captura é a mesma coisa. Pegava um barco daquele ali e fazia o mesmo que eles tão fazendo hoje. E se duvida, com melhor conhecimento, porque o conhecer era na parelha, logo em seguida... Agora não sabem onde tá o peixe, a não ser com o sonar, porque os peixes que vinham na lâmina d'água não vêm mais. Não. A tainha geralmente dá em cima, na lâmina-d'água. Mas a corvina vem só na lâmina-d'água janeiro e fevereiro, o bagre vem janeiro e fevereiro, a miragaia também janeiro e fevereiro... Depois, desce pro fundo e não vem mais durante o ano. Desciam, porque agora não descem mais. Acabou.

A realização de determinada pescaria depende de prognósticos realizados pelos pescadores em relação à natureza, envolvendo uma intrincada relação entre as estações do ano, o regime de ventos, a Lua e as condições do mar (correnteza). No tempo das parelhas, esse sistema de conhecimento era dominado pelo mestre e pelo vigia, tanto na lagoa como no oceano. Consistia em um reconhecimento visual, na identificação dos cardumes de peixes, já que eram vistos sob a *lâmina-d'água*. O vigia olhava para o mar (oceano ou lagoa), interpretava o tempo, as correntes e a direção dos cardumes. Mas na lagoa, além da observação visual, o ruído e a vibração eram as principais formas de identificação. Alguns pescadores experientes, que haviam vivido esse passado, contam que colocavam o ouvido no casco da canoa para poder escutar o “ronco” dos cardumes de corvinas e bagres se aproximando.

Segundo relato desses pescadores, os cardumes de bagres eram identificados por meio de um remo. A canoa parava em determinado ponto da lagoa, e apenas um remo era colocado na água. Os cardumes eram tão grandes que o remo vibrava, indicando a aproximação dos peixes. Na pesca de parelhas, esses peixes eram vistos desde a beira da



praia. Atualmente, embarcações motorizadas saem atrás desses cardumes dando sentido ao que se convencionou chamar “pescaria corrida”. Passei a refletir sobre essas técnicas de captura, baseadas em indícios acerca do movimento dos cardumes de peixes por meio dos sentidos da visão, da escuta e do tato (vibração).

Apesar do seu desaparecimento, essas técnicas foram inicialmente rearticuladas nos primeiros barcos, como ilustra a história de Atanásio, revelada por outro pescador, ao contar que o velho mestre de parselhas, ao se tornar mestre de barco, ainda sem tecnologia, colocou em prática uma ideia: escutar os peixes por meio de um cano:

O Atanásio foi um homem... Que ele saiu do nada também. Era muito conhecedor, era homem que subia num caminhão e olhava: “Lá tem peixe!” Largava. Aí, depois, quando ele se sentiu-se velho, pela pescaria de praia, porque ele era o patrão dele mesmo, se atucanou. Aí ele passou pros barcos. Mas aí ele trabalhou de mestre. Ele não trabalhou no convés. Então, ele era muito respeitado porque conhecia tudo e mais um pouco! Desses mestres que tem aqui da volta, e da malha, o Atanásio botava eles tudo no bolso, era professor deles tudo! E o Atanásio começou a trabalhar sem uma sonda, sem um navegador... Ele só tinha bússola. Só bússola. Como eu tô dizendo: pra andar e ver a fundura que tava, só com uma cordinha com peso. Já ouviu falar em retinido? Retinido é uma cordinha que tem, com pesinho de chumbo, que as embarcações grandes usam pra tirar o cabo pra terra. Ele usava isso pra medir a água. Do tempo em que agarrava pra ver: “Será que tem peixe aqui? Vamo com o ouvido.” Depois ele agarrou e usou um sistema mais sofisticado pra sondar o peixe: um cano. Um cano, tipo... Nunca viu pegar duas latinhas e colocar um fio e fazer autoescuta? Um desses, só que é um cano. Um cano-d’água, de vinte e cinco, aí pega uma tampa... bota do lado dele, a parte tampada larga pra água, e escuta na parte adentro. Dá o som nítido, nítido! E aí, se o cara faz as aventuras dele e mata peixe, os outros vão seguir por ele.

Atualmente, os peixes são capturados longe da costa e no fundo, portanto, não são mais visíveis como no passado. No caso dos barcos, perdeu-se o referencial da paisagem costeira como marcação de território. Para encontrar os cardumes, utilizam-se ecossondas inclusive na lagoa. Contudo, inovações tecnológicas, como esses e outros aparelhos, não significam exatamente uma perda do conhecimento dos mestres acerca da localização dos cardumes e do ambiente marítimo. Ao contrário,





apontam à necessidade de certo conhecimento e capacidade náutica, a fim de prever o comportamento dos peixes e os lugares que existem no fundo do mar, antecipando-se aos deslocamentos de determinadas espécies. Isso acontece mediado pelos aparelhos modernos, porém, no caso dos barcos de emalhe, esses não são tão precisos como se poderia supor, sendo necessário aliar o domínio técnico ao conhecimento marítimo. A esse respeito, em outro depoimento, surge novamente a referência a Atanásio nesse contexto de transformações na pesca:

Eu trabalhei com ele. Foi meu professor. Foi um dos maiores pescadores. [...] O primeiro rádio que se botou a bordo pra trabalhar.. Que primeiro eles trabalhavam pelo sol, pelos ventos. Pelo barômetro. “Ah, o barômetro tá alto”. E iam [...]. Então, o barômetro podia tá baixo, mas se não tivesse vento, ia, né! Então, era tudo com costa à vista, né! Tu via o barranco, a ponta do mato... Tu olhava e, às vezes, tu cruzava pro lado do estreito e via o estreito, aquela volta da lagoa Doce... Tu olhava pra cá e via o porto de Pelotas, São Lourenço... Já eles não. Começaram a trabalhar e aí a pesca começou... a parelha aumentou, a pesca começou a ser explorada, aquela coisa.

Atanásio, falecido há alguns anos, antes do início do trabalho de campo, era considerado pelos pescadores como um dos maiores mestres da região. Também foi um dos primeiros mestres de parelha de praia a trabalhar na pesca oceânica. Assim, a relação entre a trajetória desse mestre e as mudanças na pesca se apresenta como um episódio emblemático para a compreensão dessas transformações.

Algumas tradições vêm se transformando ao longo de poucas gerações, apontando para níveis de continuidade e descontinuidade das práticas dos pescadores, bem como a heterogeneidade cultural em que ocorrem reconversões de significados em novas condições de produção e mercado.

A partir das trajetórias individuais, esse caso revela a possibilidade de pensarmos na interação que permite articular o mundo técnico com uma determinada herança cultural. Dessa forma, práticas sociais e simbólicas são pautadas por um processo de hibridização pela criatividade individual e a coletiva, na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico. Ao considerar a reformulação diante das inovações tecnológicas e descartando uma suposta “origem remota” dos pescadores,



sugere-se um processo de hibridização via criatividade individual e coletiva, na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico.

Portanto, a vida social ligada à apropriação econômica e simbólica do ambiente marítimo remete à perspectiva de sua construção histórica, no sentido dado por Sahlins (1990) de uma reordenação constante entre história e cultura por meio da ação criativa dos indivíduos. São José do Norte é um território ocupado por grupos de pescadores que mantêm práticas tradicionais de trabalho e organização social, ao mesmo tempo que apresentam grande mobilidade e mantêm relações entre si, levando a pensar na questão do homem litorâneo, como portador de uma tradição cultural, sobretudo em relação a uma memória coletiva acerca do Litoral, e no processo de mudança que gera articulações e rupturas entre esses grupos.



Notas

¹ *Global Positioning System* é um sistema de posicionamento via captação de sinais emitidos por satélite, sendo amplamente utilizado na aviação e navegação marítima.

² Ecossonda consiste em uma tecnologia para detectar peixes e submarinos considerando a acústica na coluna de água.

³ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2009, o Município de São José do Norte apresenta uma população de 26.116 habitantes em uma área territorial de 1.118 km².

⁴ Os barcos são de madeira, cabinados, com motor a diesel, entre 120 e 400 HP de potência. O tamanho das embarcações varia entre 15m e 30m de comprimento.

⁵ Proeiro é como se denomina o homem que trabalha no convés, sobretudo na proa, pescador sem posse dos instrumentos de trabalho. Em relação ao trabalho executado na proa, esse é desempenhado por todos, exceto pelo mestre. Assim, da tripulação, apenas o mestre não é considerado como tal. O motorista, o gelador e o cozinheiro são, por assim dizer, proeiros especializados. Estes últimos executam uma dupla função: o trabalho em comum na proa e a responsabilidade por setores específicos que podem ser a cozinha, o maquinário ou o acondicionamento do pescado.

⁶ Os botes e as canoas são de madeira, sem cabina, apresentam, no máximo, 10m de comprimento e dispõem de motores de 10 HP a 24 HP.

⁷ No caso específico da cidade vizinha de Rio Grande, maior polo industrial pesqueiro do RS, essa foi palco da fundação de diversas indústrias

pesqueiras a partir da década de 60 do século XX (MARTINS, 2001), sendo a pioneira na introdução de equipamentos e petrechos de pesca modernos. Essa conjuntura faz parte do processo de consolidação da indústria da pesca, amplamente incentivada pelo governo federal, sobretudo durante a década de 70 (séc. XX), por meio de políticas de incentivos fiscais para modernização da pesca, sobretudo no financiamento de barcos cada vez maiores e mais potentes. (DIEGUES, 1983).

⁸ Nesse sentido, convém esclarecer também que o contato com remanescentes dos indígenas supõe um processo de readaptação das técnicas de captura na pesca local e da absorção do conhecimento nativo sobre o ambiente biofísico da região por parte dos colonos açorianos. Antes da chegada dos colonizadores, populações indígenas praticavam a caça e o extrativismo na região, destacando-se a pesca no estuário da lagoa dos Patos. (IHERING, 2003; KERN, 1994). As incursões dos bandeirantes e militares, assim como as guerras de fronteira que ocorreram na região, desencadearam um processo de ocupação no qual a maior parte dessas populações foi dizimada. Uma parcela foi incorporada pelos colonizadores, principalmente como mão de obra no trabalho de salga das charqueadas. (NIEDERLE; GRISA, 2006). Em relação à população negra, os descendentes dos escravos permaneceram nas terras de seus antigos patrões, tornando-se agricultores. (BUNSE, 1982, p. 64). Foi somente no fim da década de 70 (séc. XX), com a crise da cebola e o processo de expansão da pesca local, que essa população negra começou a se inserir efetivamente na atividade pesqueira.



⁹ A esse respeito, veja-se John Cordell (DIEGUES; MOREIRA, 2001), que aborda a organização social e territorial dos “beirados” (pescadores de beira de praia) da Bahia, revelando que o processo de marginalização social, sobretudo em relação à posse da terra, fez com que as áreas de mangue e lagoas rasas se tornassem “ponto de não retorno-refúgio”. (2001, p. 139). Cordell (In:

Diegues; Moreira, 2001, p. 140) também observou que as comunidades pesqueiras eram formadas predominantemente por populações negras excluídas das plantações do interior, em processo semelhante ao ocorrido em São José do Norte. Trata-se, portanto, de um processo diferente do que ocorreu no Nordeste do Brasil, onde os negros recém-libertos já se dedicavam à pesca.



Referências

- ADOMILLI, G. *Terra e mar: do viver e do trabalhar na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte – RS*. 2007. Tese (Doutorado) – PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- MARTINS, C. A. A. *Indústria da pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado*. 2006. 241 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, Florianópolis. 2006.
- BRITTO, Rosyan C. de Caldas. *Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo-RJ*. Niterói: UFF, 1999.
- BUNSE, Heinrich A. W. *São José do Norte: aspectos lingüísticos-etnográficos do antigo município*. Porto Alegre: Globo, 1982.
- DIEGUES, Antônio Carlos S.; ARRUDA, Rinaldo S. V. (orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. São Paulo: Nupaub-USP, 2001.
- DIEGUES, Antônio Carlos S.; MOREIRA, André de Castro (orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Nupaub-USP, 2001
- DIEGUES, Antônio Carlos S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *Povos e mares: leituras em socioantropologia marítima*. São Paulo: Nupaub-USP, 1995.
- RMAN, S. *The raft fishermen*. Bloomington, Indiana: University Press, 1970.
- IHERING, Hermann V. *A lagoa dos Patos no século XIX*. Rio Grande: Ecosciência, 2003.
- KERN, Arno. A. *Antecedentes indígenas*. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 1994.
- KOTTAK, C. P. *The structure of equality in a Brazilian Fishing Community*. 1996. Tese (Doutorado) – University of Columbia, Columbia, 1966.
- KOTTAK, C. P. *Assault on paradise: the globalization of a little community in Brazil*. New York: McGraw-Hill, 2005.
- MALDONADO, Simone. C. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1988.
- MALDONADO, Simone. C. *Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1994.
- MARTINS, C. Nas águas da lagoa há reprodução da vida: pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos – Rio Grande do Sul. São Paulo: PPG em Geografia Humana, 1997. (Dissertação de Mestrado).
- McGOODWIN, James R. *Crisis in the world's fisheries: people, problems, and policies*. California –Stanford: Stanford University Press, 1990.
- NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Transformações socioprodutivas na pesca artesanal do estuário da lagoa dos Patos RS. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande: PPG Educação Ambiental – Furg, v. 16, jan./jun. 2006.
- ORLANDO, A. M.; RODRIGUES, Júnior, G.; SILVA, J. C. R da. *A evolução da atividade pesqueira na região estuarina da lagoa dos Patos*. 1989. (Não publicado).
- PRADO, Simone M. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injeções de mudança social em Arraial do Cabo*. Niterói: Ed. da UFF, 2002.



SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

SIMMEL, Georg. *Filosofia del dinero*. Madrid: CEC, 1976.

VELHO, G. 1999. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. da UnB, 1995.

WOLF, Eric. R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1976.